

## Drogas e Violência contra as Mulheres no Sul da Colômbia: uma análise a partir do Feminismo Decolonial

Drugs and Violence against Southern Colombian Women: An Analysis from a Decolonial Feminist Perspective

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.113871>

Helena Salim de Castro

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), São Paulo, Brasil

[helena.castro@unesp.br](mailto:helena.castro@unesp.br)  

Gabriela Aparecida de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), São Paulo, Brasil

[gabriela.a.oliveira@unesp.br](mailto:gabriela.a.oliveira@unesp.br)  

### Resumo

As mulheres cocaleiras no sul da Colômbia, região de maior cultivo de coca e palco das políticas antidrogas desde o início dos anos 2000, vivenciam um contexto de violações de direito e violência contra seus corpos e atividades em decorrência da “guerra às drogas” conduzida há décadas no país. O fato de serem mulheres camponesas, muitas delas indígenas e afro-colombianas, e cocaleiras potencializa as opressões existentes em um ambiente de militarização e confronto entre grupos armados. O objetivo deste artigo é refletir sobre as contribuições do Feminismo Decolonial para analisar a situação das mulheres cocaleiras colombianas que vivenciam as políticas de erradicação forçada dos cultivos de coca e a militarização do território. Ao chamar atenção para a marginalização e objetificação dos corpos feminizados e racializados reproduzidas desde a colonização, o Feminismo Decolonial permite uma análise crítica e particular dos relatos e informes que abordam os impactos da política de “guerra às drogas” nas mulheres. Os corpos das mulheres cocaleiras são muitas vezes concebidos como território nos quais o conflito e as disputas entre atores estatais, paraestatais e criminosos se desdobram, reafirmando as relações de poder estabelecidas durante o colonialismo.

**Palavras-chave:** Mulheres Cocaleiras; Feminismo Decolonial; Colômbia; Guerra às Drogas;

### Abstract

Cocalero women in southern Colombia, the largest coca cultivation area and where drug policies took place since the early 2000s, experience rights violations and violence against their bodies and productive resources due to the country's decades-long “war on drugs”. Because they are peasant and cocalero women, many of them indigenous and Afro-Colombian, they deal with oppressions that are reinforced by military presence and confrontation between different armed groups. The aim of this paper is to reflect on the Decolonial Feminism contributions for an analysis of the situation of Colombian cocalero women who experience the policies of forced eradication of coca crops and the militarization of the territory. In drawing attention to the marginalization and objectification of feminized and racialized bodies, reproduced since the colonization period, Decolonial Feminism enables a specific critical analysis of the “war on drugs” political impacts on women. Cocalero women's bodies are often conceived as territories where the conflicts and disputes among state, paramilitary and criminal groups occur, reaffirming the power relations established during colonialism.

**Keywords:** Cocalero women; Decolonial Feminism; Colombia; War on Drugs;

Recebido: 10 maio 2021

Aceito: 06 outubro 2021

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.*

*Conflitos de interesse: As autoras não reportaram potenciais conflitos de interesse*



## Introdução

A Colômbia tem uma história marcada por disputas políticas e confrontos entre grupos armados. Além das instituições estatais de segurança, outros grupos utilizam de instrumentos de força para exercer o controle sobre os territórios e a população local, como as guerrilhas, os paramilitares e as organizações narcotraficantes. A interação e os enfrentamentos entre esses grupos, legais e ilegais, constituem um ambiente de violência no país. Entre as práticas de violência perpetradas pelos diferentes atores, aquelas vivenciadas pelas mulheres possuem particularidades. Lançar luz a elas implica voltar-se para o período colonial, em que a feminilidade e o corpo feminino e racializado foram construídos em prol de um projeto de conquista e dominação do território e de suas populações. As relações de poder presentes no narcotráfico são compreendidas como uma continuidade daquelas estabelecidas na colonização. As mulheres não-brancas, por estarem mais distantes do referencial de humanidade do colonizador – o homem branco e heterocisnormativo – se encontram em maior desvantagem e vulnerabilidade dentro da estrutura de poder até hoje reproduzida.

O objetivo deste artigo é analisar as contribuições do Feminismo Decolonial para compreender o contexto de violência vivenciado pelas mulheres cocaleiras colombianas, particularmente aquelas dos departamentos ao sul do país, ao longo das duas primeiras décadas dos anos 2000. A escolha por esse recorte geográfico deve-se, em parte, pelas considerações e apontamentos presentes na Declaração Final do Encontro de Mulheres Cocaleiras do Sul da Colômbia ocorrido em *Puerto Asís*, Putumayo, entre 17 e 18 de março de 2017. Nesse documento, mais de 80 mulheres dos departamentos de Putumayo, Cauca, Nariño, Tumaco e Meta reúnem suas necessidades e interesses dentro da economia da folha de coca. O Encontro, promovido pela Corporação Humanas e a Aliança de “*Mujeres Tejedoras de Vida*” de Putumayo, em associação com dezessete organizações de mulheres colombianas, expôs como as mulheres camponesas, indígenas e afro-colombianas são as mais afetadas pela “guerra às drogas” no país, de modo que o fim do conflito entre o Estado e o narcotráfico é uma exigência central na Declaração (ENCUENTRO DE MUJERES COCALERAS DEL SUR DE COLOMBIA, 2017).

O Plano Colômbia, negociado no final da década de 1990, marcou a intensificação da “guerra às drogas” no país, e seus efeitos são sentidos até hoje em um conflito sem previsão de desfecho. A política baseada na militarização do território manteve-se nos anos seguintes mesmo diante das transformações no conflito interno com o desmantelamento dos principais grupos armados. As mulheres, e também homens e crianças, vivem um cotidiano permeado pela presença de atores armados que disputam o controle dos territórios e por uma política internacional de erradicação forçada dos cultivos de folha de coca.

O abuso e o tráfico de drogas passaram a ser considerados, na agenda de segurança dos Estados Unidos, como um problema de origem externa ao longo dos anos 1980<sup>1</sup>, o que impulsionou ações para além das fronteiras do país, por meio da política de “guerra às drogas”. A partir de 1989, com a elaboração da Iniciativa Andina<sup>2</sup>, a Colômbia ganhou destaque no combate internacional às drogas. Diante da presença de grandes grupos narcotraficantes, do aumento do cultivo de folha de coca e da vinculação dos grupos armados (guerrilhas e paramilitares) com o negócio das drogas, o governo colombiano foi recorrentemente pressionado a combater a produção e o tráfico de cocaína. Essa pressão, que aumentou ao longo dos anos 1990, culminou na elaboração do Plano Colômbia. O acordo assinado entre os governos da Colômbia e dos Estados Unidos garantiu a implementação de um pacote de 7,5 bilhões de dólares que foi utilizado, em sua maior parte, para o combate ostensivo do tráfico de cocaína, para as ações de erradicação forçada dos cultivos de coca e para o enfrentamento dos grupos insurgentes.

<sup>1</sup> Cabe pontuar, que desde o início dos anos 1970 o problema do abuso de drogas já era considerado como uma questão de segurança nacional nos Estados Unidos, o que demandou a criação de políticas e instrumentos para lidar com essa problemática, como foi o caso da criação da agência antidrogas estadunidense, a *Drug Enforcement Administration* (DEA), em 1974.

<sup>2</sup> A Iniciativa Andina, ou “Estratégia Andina”, foi elaborada durante a administração do presidente George W. H. Bush e tinha como objetivo acabar com a produção e o tráfico de cocaína, por meio de operações de erradicação de folha de coca e de desmantelamento de grupos narcotraficantes a serem realizadas nos três países da região: Bolívia, Colômbia e Peru (VILLA; OSTOS, 2005).

Com duração prevista de cinco anos, o Plano Colômbia foi formalmente encerrado em 2005, mas a abordagem repressiva e militarizada com relação ao problema das drogas e dos grupos armados ilegais continuou por meio de outras políticas, como o Plano Patriota<sup>3</sup>, assinado em 2004, e a “Estratégia de Fortalecimento da Democracia e do Desenvolvimento Social 2007-2013”, que ficou conhecida como a fase dois do Plano Colômbia. Mais recentemente, o governo dos Estados Unidos estabeleceu o programa “Paz Colômbia”, que além de contribuir para o desenvolvimento do acordo de paz do país andino com a guerrilha (as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo) também visava financiar políticas de substituição de cultivos ilícitos e de erradicação das plantações de coca (FILHO; CEPIK, 2021).

Além das negociações com a guerrilha, reiniciadas em 2012, o governo colombiano já havia estabelecido acordos para desmobilização dos grupos paramilitares na primeira década dos anos 2000. Não obstante esses esforços de diálogo e de desmantelamento dos grupos armados, o país ainda é marcado por cenários de violência, como é o caso dos departamentos ao sul do país (Caquetá, Cauca, Meta, Nariño e Putumayo) em que as práticas de erradicação forçada de folha de coca se entrelaçam com a presença de grupos ilegais, culminando em um ambiente violento que atinge de forma particular as mulheres cocaleiras.

O conflito armado na Colômbia é amplamente analisado pela literatura de Relações Internacionais, principalmente ao considerar o papel da política de “guerra às drogas” no contexto interno (VELÁSQUEZ, 1999; RESTREPO, 2005). Vários trabalhos concentram-se no envolvimento do governo dos Estados Unidos nas operações e políticas antidrogas no país (TICKNER, 2000; VILLA; OSTOS, 2005; SANTOS, 2006; VILLA; VIANA, 2010; FILHO; CEPIK, 2021), inclusive observando os interesses econômicos de burocracias e setores estadunidenses na militarização do território andino (SCOTT, 2003; DUNNING; WIRPSA, 2004; RICHANI, 2005; PALEY, 2014, 2015). No entanto, ainda são poucos os trabalhos acadêmicos que focam na relação entre a condução da política de “guerra às drogas” e a violência contra as mulheres colombianas, sendo que aqueles que o fazem têm como objeto de investigação o encarceramento feminino.

A análise de Yepes (*et al.*, 2016), por exemplo, chama atenção para o aumento do número de mulheres presas na Colômbia por crimes relacionados às drogas. Como pontuam os autores, as políticas antidrogas têm levado ao encarceramento de pessoas que ocupam os níveis inferiores nas redes de oferta, como é o caso das mulheres. Essas mulheres, por sua vez, estão inseridas em um contexto de vulnerabilidade e precariedade (YEPES *et al.*, 2016). De maneira geral, os autores e autoras que abordam a situação das mulheres na Colômbia têm se concentrado na participação delas nos grupos armados (AUSSEL; ECHAVARRÍA; PÉREZ, 2004; HERRERA; PORCH, 2008; MINILLO; MENDES; BANDEIRA; LAGES, 2017) e/ou no contexto mais amplo de violência contra as mulheres no país (BENAVIDES, 2009; TOJO; BAILEY; CARBONELL, 2009; MONTAÑO; HOLSTINE, 2017; SACHSEDER, 2020)

Apesar de não ter como objetivo de análise a violência contra as mulheres, Paley (2014, 2015) traz uma importante reflexão sobre a militarização e a propagação da violência contra determinados grupos sociais como estratégias das políticas antidrogas para impulsionar a expropriação dos territórios. Para a autora, a “guerra às drogas” na Colômbia atende ao interesse de grupos locais e das grandes companhias multinacionais, pois permite a expropriação dos territórios e a posterior expansão do capitalismo extrativista (PALEY, 2014). Sachseder (2020) faz uma discussão semelhante sobre a relação entre os interesses capitalistas transnacionais e a violência contra as mulheres no departamento de Bolívar a partir do Feminismo Decolonial e Interseccional. Segundo a autora, as companhias multinacionais, o governo colombiano e os grupos narcotraficantes financiam e se beneficiam da violência sexual perpetrada pelos paramilitares contra as mulheres indígenas e afrodescendentes, a qual é resultado de ideias e estruturas coloniais, capitalistas e de gênero (SACHSEDER, 2020).

Não obstante alguns apontamentos sobre grupos narcotraficantes e disputas pelo controle de áreas importantes para o cultivo e tráfico de drogas, Sachseder (2020) não discute a política de “guerra às drogas” conduzida pelo Estado

<sup>3</sup> Com previsão de duração de três anos, esse plano aumentou a assistência técnica e militar estadunidense para o desarmamento e a desmobilização dos grupos guerrilheiros, em especial as FARC-EP (VILLA; VIANNA, 2010).

como fator impulsionador da violência. Diferentemente de Paley (2014, 2015) que tem como foco o combate ao narcotráfico, mas, nesse caso, sem um olhar específico sobre as mulheres. Considerando esses enfoques e abordagens da literatura, fica um aspecto ainda a ser analisado: os impactos das estratégias e políticas repressivas e militarizadas de combate às drogas sobre os corpos das mulheres, principalmente aquelas que habitam os territórios alvos dessas práticas e tem suas vidas atravessadas por demarcadores de gênero e raça.

Para contribuir com essa reflexão, o presente artigo estrutura-se a partir da seguinte pergunta: como o Feminismo Decolonial contribui para analisar as vivências das mulheres cocaleiras colombianas inseridas no contexto de “guerra às drogas” nos departamentos ao sul do país? Embora não perpassemos sobre todas as práticas de violência a que as mulheres estão submetidas, refletimos sobre como um olhar decolonial acerca desse contexto permite compreender os vínculos entre a condução de uma política internacional de segurança baseada na militarização do território e as ações de controle e criminalização de corpos feminizados e colonizados.

O artigo está dividido em dois tópicos principais, para além desta Introdução e das Considerações Finais. Em primeiro lugar, serão analisados relatos e informações apresentados em trabalhos elaborados por organizações não-governamentais e instituições colombianas (como o DeJusticia e o Centro Nacional de Memória Histórica), além de artigos acadêmicos, sobre a situação das mulheres cocaleiras nos departamentos no sul do país. O objetivo é refletir sobre os testemunhos e casos de violência e violações de direito que ocorreram no transcurso da condução da política de “guerra às drogas”. Em seguida, analisaremos as contribuições do Feminismo Decolonial para compreender os significados e interesses que perpassam as práticas de violência sobre os corpos e as atividades das mulheres cocaleiras.

A partir do conceito de colonialidade de gênero, elaborado por María Lugones (2008), compreendemos como o gênero, tal como a raça, foi uma imposição colonial que serviu – e ainda serve – para a dominação e disciplinamento de corpos nas Américas. Aplicado ao contexto cocaleiro, o gênero pode ser interpretado como uma categoria de organização social que garante que as mulheres se submetam a atividades mal remuneradas dentro da economia cocaleira e vivenciem uma dupla jornada de trabalho (cultivo e processamento da folha da coca e cuidado das casas e das/os filhas/os). A inferiorização dos corpos feminizados e racializados os expõe à uma violência que não é apenas econômica, mas multifacetada, doméstica, física e sexual. Ademais, a associação realizada por Rita Segato (2014) entre o corpo feminizado/racializado e o território permite refletirmos como os corpos das mulheres são tratados como território de conquista nas “novas guerras” – incluindo a “guerra às drogas” –, sobre os quais os grupos criminosos e as forças de segurança estatais e paraestatais desejam exercer alguma tutela. É a partir de violências físicas e sexuais e os feminicídios perpetrados contra mulheres de grupos rivais que esses atores afirmam seu poder sobre determinado território.

### **As Mulheres Cocaleiras no Sul do País**

A Colômbia é o maior produtor mundial de folha de coca: de 150 a 180 mil famílias a cultivam, sendo que quase 46% dos agricultores são mulheres e 29% delas chefes de família. Perante a ausência de alternativas econômicas viáveis, o cultivo de coca tem sido responsável pela subsistência de muitos lares. Entretanto, não são as famílias produtoras de coca que lucram. Aqueles que se encontram na linha de frente de produção dentro do narcotráfico, que movimentam milhões de dólares, permanecem na pobreza. Uma *raspachina*, uma das funções menos remuneradas dentro da cadeia de produção, ganha entre 50 e 63 reais por dia (ORTEGA, 2019).

Para além do baixo retorno financeiro, o envolvimento com o cultivo da folha de coca tem levado essas pessoas a uma situação de criminalização e vulnerabilidade perante as leis e políticas antidrogas, como é o caso das mulheres cocaleiras nos departamentos localizados ao sul do país. Apesar dos desafios, para muitas dessas mulheres, como aquelas habitantes de Caquetá, Cauca, Meta, Nariño e Putumayo (departamentos da região Andino-Amazônica e do Pacífico Sul colombiano), o cultivo da folha de coca e o envolvimento com outras atividades relacionadas à economia cocaleira foram

as estratégias encontradas para suprir suas necessidades básicas diante de um Estado que não as atende (ENCUENTRO DE MUJERES COCALERAS DEL SUR DE COLOMBIA, 2017).

A atividade do cultivo e comercialização da folha de coca ganhou expressão na região Andino-Amazônica nos anos 1980, sendo a única opção econômica para muitos camponeses diante das malsucedidas políticas estatais de colonização (RODRÍGUEZ, 2018) e do esgotamento das reservas petrolíferas (REVELO *et al.*, 2018), respectivamente em Caquetá e Putumayo. Na década seguinte, com a reorganização dos grupos narcotraficantes e dos grupos armados, muitos guerrilheiros e paramilitares foram atraídos para esses departamentos na tentativa de controlar e regular o negócio das drogas. Com o Plano Colômbia, iniciado no ano 2000, também houve um aumento da presença estatal na região, por meio do uso da força militar e policial para combater os grupos armados ilegais e promover a erradicação forçada dos cultivos de coca, o que intensificou a violência nos territórios. Rodríguez (2018) nos aponta a necessidade de questionar e desnaturalizar essa violência como intrínseca à economia da coca. Como perguntado pela autora: “Justificam-se as respostas punitivas à economia da droga? Não será o contrário, que o problema das drogas é a ‘guerra’ contra elas?” (RODRÍGUEZ, 2018, p. 113, tradução nossa).

A condução da política de “guerra às drogas” no sul do país tem ocorrido por meio de dois eixos de ação: a fumigação dos plantios e a militarização dos territórios. A prática de fumigação dos cultivos de folha de coca gera efeitos nocivos para a saúde e a segurança alimentar. A aspersão de glifosato — realizada durante o Plano Colômbia e que, atualmente, volta a ser cogitada pelo governo colombiano — não afeta apenas as plantações de coca, mas destrói outros cultivos de subsistências, além de contaminar rios, animais e a própria população. Como reforçam as mulheres cocaleiras no sul do país, essa política de fumigação “tem aprofundado a pobreza e a contaminação das terras.” (ENCUENTRO DE MUJERES COCALERAS DEL SUR DE COLOMBIA, 2017, s/p, tradução nossa).

Com o início das fumigações no ano 2000, particularmente em Putumayo, seguiram-se tempos de crise econômica e insegurança alimentar (REVELO *et al.*, 2018). De acordo com um informe elaborado pela organização não-governamental DeJusticia:

A aspersão aérea teve seu pico mais alto em 2006, quando se fumigaram no país cerca de 170 mil hectares de coca, dos quais 26.491 foram em Putumayo, seguindo a tendência nacional de intensificação da luta antidrogas em meados da primeira década deste século. [...] Entre os diversos impactos das fumigações, as mulheres ressaltam com muita ênfase o dano que geravam não só na coca, mas sobre os demais cultivos ou eventuais projetos produtivos com os que sustentavam as famílias (REVELO *et al.*, 2018, p. 96, tradução nossa).

A intensificação da “guerra às drogas” também representou o início da militarização da região Andino-Amazônica, local de domínio do grupo guerrilheiro das FARC desde o início dos anos 1990 (RAMIREZ, 2012). Para além do discurso de combate ao cultivo e tráfico de drogas, o Plano Colômbia e as políticas subsequentes tinham como objetivo o combate aos grupos insurgentes<sup>4</sup>. Nesse sentido, houve um aumento do contingente militar na região a partir do ano 2000, apoiado pelo Comando Sul dos Estados Unidos, para enfrentar as FARC. Nesse mesmo ano, o governo colombiano criou a Brigada Contra o Narcotráfico, dando início à uma campanha contra o tráfico de drogas no sul do país. Nos primeiros seis anos de condução da política de “guerra às drogas”, as ações de erradicação dos cultivos de coca se concentraram em Putumayo, enquanto os esforços de controle territorial foram principalmente nos departamentos de Cundinamarca e Meta (REVELO *et al.*, 2018).

As políticas antidrogas nesses departamentos fizeram com que a economia cocaleira se deslocasse para outras regiões, particularmente na costa sul do Pacífico (onde a droga seria escoada pelos portos colombianos), demandando a

<sup>4</sup> Após o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, o governo dos Estados Unidos aumentou a pressão para o combate aos grupos guerrilheiros e paramilitares na Colômbia, classificados a partir de então como grupos terroristas. Ademais, a administração do presidente colombiano Álvaro Uribe Vélez, iniciada em 2002, também aumentou a repressão contra os grupos armados no país, especialmente contra as guerrilhas, por meio da Política de Segurança Democrática, estabelecida em 2003, e o Plano Patriota, implementado em 2004 (VILLA; OSTOS, 2005; SANTOS, 2006; VILLA; VIANA, 2010).

expansão das ações estatais. Em 2009, foi criado o Comando Unificado do Sul, o qual foi composto por “27 mil membros do exército, marinha e força aérea para atuar nos 640 km da fronteira colombo-equatoriana nos departamentos de Nariño e Putumayo” (RAMIREZ, 2012, p. 337, tradução nossa). A estratégia de militarização do território para o combate da insurgência e do narcoterrorismo, financiada pelos Estados Unidos, foi mantida e renovada nos anos seguintes (ROJAS, 2013; FILHO; CEPIK, 2021).

A intensificação da “guerra às drogas” transformou a dinâmica da região e contribuiu para um ambiente de violência contra os corpos das mulheres. As mulheres camponesas de Caquetá relatam que a militarização do território, no marco das políticas de combate às drogas e à insurgência, é um fator de agressão e inquietação em decorrência das violências física e psicológica perpetradas pelo exército colombiano. Além disso, a entrada dos paramilitares no departamento para o enfrentamento da guerrilha também alterou a vida da população. Ambos os grupos, “paramilitares e exército, são vistos como aliados, como grupos que atuam coordenados e dos quais os camponeses e camponesas têm sido testemunhas e vítimas” (RODRÍGUEZ, 2018, p. 125, tradução nossa).

As disputas e confrontos armados entre atores estatais e não-estatais atinge de formas específicas a vida das mulheres, particularmente aquelas envolvidas com o negócio das drogas. Embora o cultivo da coca tenha uma importância econômica e social para as mulheres, pois representa uma alternativa à pobreza e uma fonte de independência perante os homens, essa atividade pode gerar riscos e desafios. Além da criminalização e o estigma sobre a atividade do cultivo da coca, que atinge homens e mulheres, as cocaleiras andino-amazônicas vivenciam ao menos três tipos de discriminação: “i) por serem mulheres; ii) por serem rurais”; e iii) pela condição de serem mães e chefes de família, o que faz com que o conflito as atinja de forma mais forte (REVELO, *et al.*, 2018, p. 44, tradução nossa).

A estratégia de militarização do combate às drogas levou à estigmatização da população como narcotraficante e guerrilheira, particularmente daqueles envolvidos com a economia cocaleira. Muitas mulheres cultivadoras de folha de coca na região Andino-Amazônica e no pacífico colombiano foram rotuladas como guerrilheiras ou como apoiadoras da guerrilha, o que as tornavam alvo dos paramilitares e das forças estatais. Além de práticas de revista vexatórias e a imposição de normas de comportamento (patriarcais e heteronormativas) — tanto para homens como para mulheres da região — os paramilitares usavam da violência sexual “contra mulheres designadas de serem ‘colaboradoras’ ou militantes das FARC” e, inclusive, como forma de “limpeza” contra aquelas acusadas de terem se envolvido sexualmente com guerrilheiros (RAMIREZ, 2012, p. 161, tradução nossa).

O corpo das mulheres constitui-se como um território de confronto. Além de atingi-las diretamente, a violação desse corpo tinha como objetivo humilhar os homens que, dentro de uma norma patriarcal, deveriam proteger suas companheiras. Para além do recorte de gênero, aspectos culturais e regionais também marcam as práticas de violações. Especificamente em *El Placer* — departamento de Putumayo — muitas mulheres foram violadas e mortas por praticarem bruxaria e xamanismo. Essas práticas, que eram comuns no local para curar doenças e proteger o corpo, não eram reconhecidas pelos paramilitares que vinham de outras regiões (RAMIREZ, 2012).

A partir de 2003, o governo colombiano estabeleceu um conjunto de acordos com a Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), com o objetivo de dismantelar e desarmar os grupos paramilitares. O processo de desmobilização da AUC, iniciado em 2005, não levou, entretanto, à diminuição do poder paramilitar no país. Relatos e informes de organizações sociais de mulheres demonstram que, ao invés de se desmobilizarem, muitos grupos se mantiveram atuantes, mesmo que sob outras denominações: as *Bandas Criminales* (TOJO; BAILEY; CARBONELL, 2009). Na região do pacífico-nariñense, poucos dias após a desmobilização dos paramilitares, a população relatou “ver homens armados, muitos deles já conhecidos desde antes da desmobilização.” As principais *bandas criminales* que passaram a atuar em Nariño foram *Mano Negra*, *Hombres de Negro*, *Águilas negras*, *Organización Nueva Generación* e *Los Rastrojos* — essa última também ocuparia territórios na região Andino-Amazônica após o dismantelamento de algumas frentes das FARC (RESTREPO, 2006, s/p, tradução nossa).

De maneira semelhante, o processo de negociação e desmantelamento das FARC também não tem significado o fim da violência contra as mulheres na região sul do país. Após o acordo de paz assinado entre o governo colombiano e as FARC em 2016, algumas frentes da guerrilha se desmobilizaram, porém, surgiram outros grupos armados que têm controlado o narcotráfico e preenchido a lacuna deixada pelos guerrilheiros. Muitos desses grupos voltam-se agora para as mulheres ativistas, como relata Zulver (2021) sobre os ataques contra o movimento “*Mujeres Tejedoras de Vida*” em Putumayo. As organizações criminosas enxergam a mobilização e o ativismo dessas mulheres como uma ameaça à ordem patriarcal e às suas tentativas de retomar o controle do território (ZULVER, 2021). Além disso, apesar do Estado colombiano ter se comprometido, no escopo do Acordo de Havana, a realizar uma política de substituição dos cultivos de coca (ponto quatro do acordo), a estratégia de “guerra às drogas” permanece, materializada na “perseguição dos cocaleiros e no caráter punitivo da atividade, quando se defende a erradicação forçada” (RODRÍGUEZ, 2018, p. 128, tradução nossa).

Atualmente, Nariño tem se configurado como um dos epicentros do conflito por causa do controle e o combate às drogas. O departamento é uma das rotas mais cobiçadas pelo narcotráfico em decorrência do porto localizado na cidade de Tumaco, do qual são escoados carregamentos de drogas para a América Central e os Estados Unidos (AFP, 2017). A população nativa de Tumaco é indígena e majoritariamente negra, parte dela sofre com altos índices de desemprego e necessidades básicas não atendidas. Há 30 anos a população praticava a pesca, a coleta de mariscos ou de cacau, mas hoje encontra-se envolvida com o cultivo da coca, que é um dos maiores do mundo: são quase 20.000 hectares segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC, 2019). A atividade fixou-se na região com a chegada de camponeses provenientes de áreas onde as plantações foram afetadas pelas fumigações aéreas do Plano Colômbia e, conseqüentemente, atraiu a presença da guerrilha e dos paramilitares (ORTEGA; CASTILLO, 2019).

Com o retorno do conflito, as vidas e os corpos das mulheres são os que se encontram em maior vulnerabilidade. Segundo Anny Castillo, que ocupava um cargo institucional para a defesa dos direitos humanos em Tumaco (Nariño) no ano de 2019, “em todo esse círculo em torno do tráfico de drogas, os grupos ilegais exercem a violência sexual com o propósito de intimidar e mostrar poder ou como mecanismo de punição para provar que são eles que têm o controle do território, e, dentro do território, o controle das mulheres.” (ORTEGA, 2019, s/p.).

Também se destaca a vulnerabilidade das mulheres frente às transformações sociais profundas nas estruturas de suas comunidades. Na região de Nariño, o estabelecimento da economia ilegal de narcóticos colocou em circulação grandes montantes de dinheiro, transformou os costumes nativos convertendo os habitantes em consumidores e introduziu práticas individuais que prejudicaram os mecanismos de associação para a subsistência. Houve uma desestruturação da posse da terra coletiva, deixando-a disponível para a negociação de possessões e para o arrendamento de prédios. Assim, a implantação de economia de ilícitos subjogou as economias naturais e de subsistência diante de modelos de acumulação e reprodução individuais, os quais romperam o tecido associativo (DEFENSORÍA DEL PUEBLO COLOMBIA, 2011).

Embora a violência contra a mulher cocaleira se expresse de diversas formas (violência intrafamiliar e violência perpetrada por grupos criminosos ou por agentes de segurança estatais e paraestatais), algo parece atravessar as distintas experiências: a falta de acesso a recursos produtivos (como a terra, a propriedade, o salário, o emprego, a educação, etc.). Em 2017, no Encontro de Mulheres Cocaleiras do Sul da Colômbia, as mulheres apontaram a responsabilidade do Estado na criação de um ambiente de insegurança: a falta de oportunidades, em parte, explicaria o seu envolvimento com o cultivo da folha de coca, sua principal fonte de subsistência.

O resultado do Encontro foi uma declaração final em que as mulheres se autodenominavam “mulheres cocaleiras e coqueiras de Caquetá, Cauca, Meta, Nariño e Putumayo (...) camponesas, indígenas e afro-colombianas, jovens, adultas e idosas” que se reuniram para analisar sua realidade “como mulheres cultivadoras, coletoras e realizadoras de outras atividades associadas à economia da folha de coca” (ENCUENTRO DE MUJERES COCALERAS DEL SUR DE COLOMBIA, 2017, s/p, tradução nossa). Perante uma situação de vulnerabilidade social e econômica, as mulheres se opõem à “guerra às drogas” e pedem ao Estado o desencarceramento daquelas presas por envolvimento com a economia da coca e a

suspensão dos processos penais. Ademais, de forma organizada, as mulheres colombianas têm reivindicado a garantia do direito ao território; a promoção da substituição de cultivos sem colocar em risco o seu direito à terra; e a entrega dos recursos econômicos previstos nos acordos de substituição às mulheres, para garantir que eles sejam destinados à economia familiar (ENCUENTRO DE MUJERES COCALERAS DEL SUR DE COLOMBIA, 2017).

### **Corpo de mulher, campo de batalha: Uma análise a partir do Feminismo Decolonial**

O contexto de violências e opressões no qual as mulheres cocaleiras do sul do país estão inseridas, assim como os seus esforços de resistência e contestação, materializados nas demandas do Encontro de 2017, podem ser analisados a partir das contribuições do Feminismo Decolonial. Essa vertente teórica, enunciada como tal, tem sua origem na primeira década do século XXI, com o texto “*Colonialidad y género*” (2008) da socióloga argentina María Lugones. Considerado um desdobramento e uma ampliação do “giro decolonial”, com influências dos feminismos terceiro-mundista, pós-colonial e latino-americano, essa abordagem parte de uma crítica ao feminismo hegemônico do século XX, cujo “sujeito universal” era a mulher branca. Nesse sentido, o Feminismo Decolonial chama atenção para o fato de que as vidas e interesses de comunidades marginalizadas de mulheres não-brancas, negras e indígenas eram até então desconsiderados.

A partir do conceito de colonialidade<sup>5</sup>, Lugones (2008) reflete como as práticas de dominação, tutela e violência contra os corpos de mulheres e homens colonizadas/os são recorrentemente legitimadas, uma vez que esses corpos seriam classificados como pertencentes à uma sub-humanidade e compreendidos como territórios de disputa. Os corpos racializados e feminizados seriam o principal alvo dessas práticas, também toleradas e reproduzidas pelos homens racializados e colonizados, coniventes com o patriarcado moderno e ocidental. Para compreender a interação entre gênero e raça e, mais do que isso, a sua inseparabilidade dentro das estruturas de dominação, a autora propõe analisar o sistema moderno colonial em suas dimensões racial, capitalista, patriarcal e heterossexual (LUGONES, 2008).

A imposição do gênero como princípio organizativo às/aos colonizadas/os foi imprescindível para a exploração do capitalismo global e eurocêntrico, pois destruiu os vínculos de solidariedade entre as vítimas da dominação e a relativa complementaridade existente entre o feminino e o masculino, que se opunham à nova lógica de poder. Com a hierarquização entre o espaço público (ocupado pelos homens) e o espaço privado (ocupado pelas mulheres), houve a despolitização desse último e a consequente perda de poder político por parte das mulheres, além da introdução de uma moralidade que modifica as relações sexuais, reduzindo os corpos femininos a objetos e incutindo a noção de pecado (SEGATO, 2016).

Para a antropóloga argentina Rita Segato (2016), o confinamento das mulheres no espaço doméstico tem, até hoje, consequências terríveis no que diz respeito à violência que as vitimiza. Perante o alto índice de feminicídios na América Latina<sup>6</sup>, pode-se dizer que eles fazem parte de um “femigenocídio” ou um conjunto de “práticas quase maquinais de extermínio das mulheres” em curso (SEGATO, 2016, p. 117). Assim como o genocídio, o “femigenocídio” existe enquanto uma invenção moderna e colonial, com alto nível de racionalidade e sistematicidade. Tal crueldade exercida sobre os corpos das mulheres – o que também se estende a crimes homofóbicos e transfóbicos – são parte do disciplinamento que as forças patriarcais impõem aos corpos marginalizados, tendo em vista a manutenção do funcionamento do capitalismo

<sup>5</sup> A colonialidade refere-se à hierarquização das populações do mundo em termos de raças. O controle e a exploração exercidos pelos colonizadores sobre as populações colonizadas tiveram por base uma visão de mundo eurocêntrica que expunha a “inferioridade” destas últimas. Dentro de um sistema de hegemonia do capital, os colonizadores exerceram controle sobre o trabalho, a produção de conhecimento e as subjetividades dos/as colonizados/as (LUGONES, 2008).

<sup>6</sup> A América Latina figura como a região mais letal para as mulheres, com um índice de 9 feminicídios registrados diariamente — o que tem se intensificado com a pandemia de Covid-19 e o confinamento social (ONU MULHERES, 2018). Embora os feminicídios sejam em grande medida provocados pelos companheiros ou ex-companheiros das vítimas, há um crescimento considerável de ocorrências em ambiente público, cuja autoria é de grupos organizados. Por exemplo, no ano de 2011, na Colômbia, somente 3% do total de feminicídios eram cometidos por um companheiro atual ou ex (ALVAZZI DEL FRATE, 2011). O aumento da guerra e a consequente militarização dos territórios associam-se diretamente ao aumento da violência contra a mulher no país (SEGATO, 2014). Em 2017, o Observatório de Memória e Conflito do Centro Nacional de Memória Histórica contabilizou que 91,6% das vítimas de delitos contra a liberdade e integridade sexual no marco do conflito armado colombiano era de meninas, adolescentes e mulheres adultas (CNMH, 2017).

e do Estado-nação. Conforme assinala Segato (2019, p. 27), o corpo feminizado é reiteradamente disciplinado por meio de um “conjunto de atos e práticas que ensinam, habitam e programam sujeitos a transformar o vivo e sua vitalidade em coisas” — o que a autora denomina de “pedagogia da crueldade”.

Analisando o contexto do norte da Colômbia, mais especificamente no departamento de Bolívar, Sachseder (2020) observou que a violência sexual perpetrada pelos paramilitares contra os sujeitos considerados mais vulneráveis (mulheres afrodescendentes e indígenas) foi uma tática de promoção de deslocamentos forçados, o que, por sua vez, atendia aos interesses das corporações transnacionais presentes na região (SACHSEDER, 2020). De maneira similar, podemos refletir sobre a violência sexual perpetrada contra as mulheres colombianas cocaleiras ou acusadas de envolvimento com a guerrilha, ocorridas no marco da política de “guerra às drogas”, como uma prática que visava a projeção de poder sobre, e o disciplinamento dos, corpos feminizados, para impor uma determinada ordem social nos territórios disputados.

Conforme assinala Paley (2014), a propagação do medo e do terror foram instrumentais para a condução da política antidrogas na Colômbia, contribuindo, por sua vez, para a manutenção e ressignificação do capitalismo. O gênero como imposição colonial ainda hoje serve, portanto, para “justificar” a exploração econômica (más condições de trabalho, baixas remunerações e dupla jornada) e a violência multidimensional sobre mulheres não-brancas envolvidas na economia da coca.

Para Segato (2014), a manutenção de um ambiente de insegurança é algo desejado pelo Estado moderno e colonial. As chamadas “novas guerras” ou “guerras não-convencionais”, como é o caso da “guerra às drogas”, são altamente informais e não possuem limites temporais ou espaciais claros. Resultam das dinâmicas da economia de mercado global e de uma modernidade tardia permeada por ciclos críticos do capitalismo, instabilidade política, decadência da “democracia real” e porosidade dos Estados e territórios nacionais que eles administram (SEGATO, 2014, p. 343). Essas guerras são o meio encontrado pelo imperialismo para a manutenção de seu exercício de poder, frente à sua progressiva perda de controle sobre a economia global e o deslocamento do epicentro do capital. Para os camponeses e camponesas de Caquetá, a política de fumigação dos cultivos de coca no departamento tinha como objetivo deslocar a população de suas terras, o que atendia aos interesses das petroleiras transnacionais e funcionava como uma estratégia para forçar a venda dessas terras a preços baixos (RODRÍGUEZ, 2018).

A violência corporativa e anômica manifesta-se principalmente no corpo feminizado, por meio de formas sexualizadas de agressão. O corpo feminizado esteve historicamente imbuído de significado territorial (“*cuero de mujer, campo de batalla*”) tendo acompanhado o destino das conquistas e da anexação de territórios de comarcas inimigas, e sendo sistematicamente violado e inseminado pelos exércitos de ocupação. As mulheres são torturadas, por meio de violações sexuais, até a morte, e sua destruição é uma clara mensagem de poder ao inimigo, demarcando a sua derrota (SEGATO, 2014). Como ressalta Segato:

[...] a destruição do inimigo no corpo da mulher, o próprio campo de batalha em que a insígnia da vitória é pregada e significada, está inscrito nele a devastação física e moral do povo, tribo, comunidade, vizinhança, localidade, família, bairro ou gangue que esse corpo feminino, por meio de um processo de significação próprio de um imaginário ancestral, incorpora (SEGATO, 2014, p. 361-362, tradução nossa).

Longe de ser uma anomalia, essa violência faz parte do próprio funcionamento do Estado, por isso fala-se na existência de uma “guerra contra as mulheres”. As mulheres racializadas, principais alvos, são associadas a estereótipos que servem para “justificar” explorações e agressões – como é o caso da associação de mulheres negras com a perversão sexual. A guerra torna-se, portanto, tanto um meio para alcançar a soberania quanto uma forma de exercer o direito de matar e de decidir quem matar (SEGATO, 2014; MBEMBE, 2016). Nesse sentido, o cenário de disputa armada da “guerra às drogas” na Colômbia caracteriza-se por violências que buscam fazer a diferenciação entre as pessoas que precisam ser

expulsas, destruídas, que devem “morrer” e outras que podem “viver” de acordo com os propósitos de cada grupo armado (PELÁEZ ACEVEDO, 2018).

A violação perpetrada por membros de corporações armadas, agentes estatais, agentes paraestatais e milícias é frequentemente lida como um crime doméstico, interpessoal, mobilizado pelas emoções e pelos afetos. Sexualizar a agressão significa empurrá-la para a esfera da intimidade, o que leva à sua despolitização e à impossibilidade de uma justiça pública. Por isso, a descolonização e a despatriarcalização da sociedade exigem que reconheçamos esses crimes como plenamente impessoais, pertencentes ao atual cenário de guerras e conflitos internos em expansão (SEGATO, 2014).

A “guerra às drogas” impacta a vida de mulheres racializadas colombianas envolvidas com a economia da coca. A consubstancialidade entre masculinidade, branquitude e modernidade molda a identidade nacional colombiana, encarnada por figuras como o presidente Álvaro Uribe (2002-2010). Associado aos ideais de progresso e unidade nacional, Uribe apresentou as FARC como um grupo terrorista que atentava contra “cidadãos de bem” e que precisava ser combatido (VIGOYA, 2013). A noção de cidadania do Estado moderno/colonial é excludente, marginalizando corpos que se distanciam do ideal da masculinidade e branquitude. Por efeito, as vidas das mulheres não-brancas tornam-se menos importantes, passíveis de violência durante o enfrentamento das forças de segurança estatais e paraestatais, guerrilheiros e narcotraficantes. Em Nariño, onde o governo central historicamente delegou a administração departamental para as elites de origem europeia (CUADROS, 2015), a violência sexual, por exemplo, é mais recorrente nas vidas de mulheres negras e afro-colombianas (GARCÍA, 2018).

A continuidade e as causas da violência vivenciada pelas mulheres devem ser compreendidas para além do discurso difundido pelo Estado, pela mídia hegemônica e organizações internacionais e não-governamentais<sup>7</sup>. A violência de gênero é parte de uma estrutura de dimensão global, que interfere na política e influencia governos, também sendo influenciada por eles (SEGATO, 2016). A atual estrutura macroeconômica é resultado da globalização que, se por um lado, foi responsável pelo avanço de novas oportunidades para a independência econômica das mulheres e igualdade em relação aos homens, também cria desafios para o cumprimento de seus direitos. As causas dos conflitos e da violência de gênero devem ser discutidas e conectadas às desigualdades estruturais do âmbito familiar e das economias políticas globais, as quais persistem mesmo após a dissolução (oficial) dos primeiros (TRUE, 2010).

A condução da “guerra às drogas” é possibilitada pela desestatização decorrente de uma ordem moderna, neoliberal, de acumulação descontrolada, que produz um cenário de extremas desigualdades de poder. A colonialidade se manifesta no apoio do Norte global aos negócios ilícitos (os Estados Unidos o principal mercado consumidor da cocaína produzida nos Andes) e, ao mesmo tempo, no seu fornecimento de instruções para a repressão da criminalidade em países como a Colômbia. Nesse sentido, o Estado moderno colonial é cúmplice do Norte global na produção de somas massivas de capital não-declarado proveniente de uma série de negócios ilícitos, dentre eles o narcotráfico, o tráfico de armas, o tráfico de órgãos e o tráfico de bens de consumo legal como bebidas alcoólicas, drogas lícitas e partes de aparatos eletrônicos. Essa “segunda economia”, que opera de forma subterrânea, é expressivamente maior do que a “primeira economia”, de capital declarado (SEGATO, 2016).

Se, por um lado, o Estado cria condições para que os negócios ilícitos se proliferem, por outro, os combate por meio de guerras repressivas paraestatais, com forças paramilitares ou forças de segurança oficiais contra grupos criminosos. Nesse cenário, narcotraficantes controlam os territórios redefinidos pelo paradigma do biopoder (FOUCAULT, 1997 apud SEGATO, 2016). O biopoder ou biopolítica refere-se ao governo das pessoas como seres biológicos por meio da gestão de seus corpos: diante do processo de desestatização, a territorialidade passa a ser dada por uma rede de corpos e não mais pelo Estado. Como a rede encontra-se descolada da jurisdição territorial estatal-nacional e de seus rituais,

---

<sup>7</sup> Muitos desses discursos centram-se na responsabilização dos narcotraficantes enquanto sujeitos malfeitores que se encontram às margens da vida social. Em 2018, a ONU e o Observatório de Gênero de Nariño denunciavam o aumento do nível de insegurança nos municípios da região frente ao avanço de novos grupos criminais, após a retirada das FARC: os homens destes grupos utilizariam de seu poder para ameaçar as mulheres e ter acesso a seus corpos (GARCÍA, 2018).

códigos e signos, ela deve criar sua jurisdição, que é o próprio corpo, onde se manifestam as marcas de pertencimento de uma população (SEGATO, 2016).

Mas, esse não é qualquer corpo: é o corpo feminino ou feminizado, não-guerreiro, que, historicamente, tem carregado um significado territorial. A violência que se infringe tem se manifestado tanto na forma de uma destruição corporal, sem precedentes, como nas formas de tráfico e comercialização do que estes corpos podem oferecer. Apesar das vitórias no campo do Estado e da multiplicação de leis e políticas públicas de proteção às mulheres, sua vulnerabilidade frente à violência aumentou, assim como a ocupação predatória de seus corpos no marco das novas guerras. Em outras palavras, é nos corpos femininos ou feminizados que a violência de atores estatais e paraestatais se expressa com maior truculência, a fim de garantir o controle dos territórios (SEGATO, 2016).

### Considerações Finais

A “guerra às drogas” na Colômbia é um dos vários cenários em que a violência racial e de gênero se desdobra. A literatura sobre o assunto e a mídia hegemônica tendem a compreendê-la como um enfrentamento entre forças de segurança estatais e paraestatais, narcotraficantes e guerrilheiros, no qual a violência contra as mulheres é geralmente tratada como um “efeito colateral”. No entanto, o contexto em que ela ocorre nos indica que o que está em curso não é uma simples anomalia, mas a propagação de um conjunto de práticas de violência e violações de direitos que sustentam uma determinada ordem social e atendem a interesses globais. Os confrontos e enfrentamentos entre os grupos armados giram ao redor de lutas pelo poder e por recursos produtivos, legais e ilegais, que além de ter impactos particulares sobre as atividades e corpos das mulheres também são travados sobre esses corpos.

Ao considerar a interação das opressões de raça e gênero dentro de uma estrutura socioeconômica, produto da modernidade e da colonialidade, o Feminismo Decolonial proporciona uma análise mais ampla das violências que ocorrem no marco da política de “guerra às drogas”, com maior atenção às mulheres racializadas e à sua vulnerabilidade frente a um sistema econômico de lógica colonial e moderna. Dentro deste sistema agem diversos atores: grupos de narcotraficantes, forças estatais e paraestatais que instrumentalizam a violência contra o corpo feminizado e racializado para fixarem a sua vitória em guerras altamente informais. Os corpos de mulheres negras, afro-colombianas e indígenas são o próprio território a ser conquistado, reivindicado através da força e da agressão sexual.

Importante ressaltar que as vivências dessas mulheres não se resumem à violência, também se referem a atos de resistência ou de “infrapolítica” que permeiam o cotidiano das/os oprimidas/os. A infrapolítica demonstra o potencial que esses sujeitos têm, entre si, de articular uma organização social que se opõe àquela das estruturas de poder. Nesse sentido, “em [suas] existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, [eles são] também diferentes daquilo que o hegemônico [os] torna” (LUGONES, 2014, p. 940). É na possibilidade da transgressão, de uma luta a partir das margens, que o projeto feminista decolonial se ancora, um ponto que o difere do feminismo ocidental, branco ou mestiço cuja luta dar-se-á no terreno legislativo, em diálogo constante com o Estado e suas instituições (e todas as suas contradições). Essas lutas se entrelaçam e se complementam, compondo uma complexa trama que visa a plena libertação das mulheres. O Encontro de Mulheres Cocaleiras do Sul da Colômbia (2017) constitui um exemplo de infrapolítica, no qual as mulheres dessa região se uniram para fazer oposição à criminalização das atividades associadas à economia da folha de coca realizada pelo Estado, que, além de prejudicá-las economicamente, representa uma ameaça direta às suas existências.

### Referências

ALVAZZI DEL FRATE, Anna. When the victim is a woman. In: Geneva Declaration Secretariat, 2011, pp. 113-144. Disponível em: [http://www.genevadeclaration.org/fileadmin/docs/GBAV2/GBAV2011\\_CH4.pdf](http://www.genevadeclaration.org/fileadmin/docs/GBAV2/GBAV2011_CH4.pdf). Acesso em 04 maio 2021.

AUSSEL, Christiane L.; ECHAVARRÍA, Graciliana M.; PÉREZ, Isabel O.. **Haciendo Memoria y Dejando Rastros**: Encuentros con mujeres excombatientes del Nororiente de Colombia. Fundación Mujer y Futuro, Primera edición, Noviembre 2004. ISBN 958-33-6900-4

- BENAVIDES, Alexandra Q. (Coord.). La Violencia Sexual Contra las Mujeres por Parte de Grupos Paramilitares: estrategias, variantes e identificación de situaciones tipo. In: **Mujeres en Conflicto: Violencia Sexual y Paramilitarismo**. Bogotá: Corporación Sisma Mujer, 2009. Disponível em: <http://bdigital.unal.edu.co/48864/1/mujeresenconflictovienciasexual.pdf>. Acesso em 9 abril 2020.
- CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTORICA. Observatorio de Memoria y Conflicto OMC, del CNMH. Guía metodológica, Bogotá, CNMH, 2017.
- CUADROS, José D. R. **Génesis, actores y dinámicas de la violencia política en el Pacífico nariñense**. Colección Territorio, Poder y Conflicto. Bogotá: Odecofi-Cinep. Primera edición. Marzo, 2015. ISBN: 978-958-644-183-4
- DEFENSORÍA DEL PUEBLO COLOMBIA. **Violencia sexual contra las mujeres en Nariño y la situación de derechos de las mujeres víctimas em Pasto**. Informe Temático, Colômbia, 2011. Disponível em: <https://www.refworld.org/es/pdfid/5bb52c304.pdf>. Acesso em 30 jan. 2020.
- DUNNING, Thad; WIRPSA, Leslie. Oil and the political economy of conflict in Colombia and beyond: a linkages approach. **Geopolitics**, 9:1, 81-108, 2004. DOI: 10.1080/14650040412331307842
- ENCUENTRO DE MUJERES COCALERAS DEL SUR DE COLOMBIA. **Declaración Final**. 2017. Disponível em: <https://www.elementa.co/wp-content/uploads/2017/03/Declaraci%C3%B3n-Final.pdf>. Acesso em 30 jan. 2020.
- FILHO, João E. dos Santos; CEPIK, Marco Aurélio C. Relações militares entre Estados Unidos e Colômbia: do Plano Colômbia ao Acordo de Paz (2000-2018). Meridiano 47 – **Journal of Global Studies**, 22, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/34045/29343>. Acesso em 30 ago. 2021.
- FOUCAULT, Michel. **Il faut defendre la société**. Cours au Collège de France 1975-1976. Paris: 1997.
- GARCÍA, Zulma L. Izquierdo. **Situación de la violencia sexual en el marco del conflicto armado en el departamento de Nariño**. San Juan del Pasto: ACNUR, 2018.
- HERRERA, Natalia; PORCH, Douglas. 'Like going to a fiesta' – the role of female fighters in Colombia's FARC-EP. **Small Wars & Insurgencies**, v. 19, n. 4, p. 609-634, 2008. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09592310802462547>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- HRISTOV, Jasmin. **Paramilitarism and Neoliberalism**. Violent Systems of Capital Accumulation in Colombia and Beyond. London: Pluto Press, 2014. ISBN: 9781783712328
- LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 09, p. 73-101, 2008.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e ensaios**, n. 32, 2016.
- MINILLO, Xaman; MENDES, Bianca; BANDEIRA, Luiza; LAGES, Rebeca. Mulheres guerreiras: questões de gênero na participação feminina nas FARC e sua influência nas negociações de paz na Colômbia. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 6, n. 11, p. 305-339, 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6921>. Acesso em 17 jun. 2020.
- MONTAÑO, Cecilia L.; HOLSTINE, María Claudia. **Rural Women in Colombia: from victims to actors**. DAWN Discussion Paper #9 - Development Alternatives with Women for a New Era. November, 2017. Disponível em: [https://dawnnet.org/wp-content/uploads/2021/01/Rural-Women-in-Colombia-From-Victims-to-Actors\\_DAWN-Discussion-Paper9.pdf](https://dawnnet.org/wp-content/uploads/2021/01/Rural-Women-in-Colombia-From-Victims-to-Actors_DAWN-Discussion-Paper9.pdf). Acesso em 07 out. 2021.
- ORTEGA, Javier Sulé; CASTILLO, Milo del. La vida silenciada de las mujeres cultivadoras de coca. **El Periódico**, 15 de junho de 2019. Cuaderno. Disponível em: <https://www.elperiodico.com/es/cuaderno/20190615/vida-silenciada-mujeres-colombianas-cultivadoras-coca-7500626>. Acesso em 30 de jan. de 2020.
- ORTEGA, Javier Sulé. As mulheres da coca querem sair dela. **El País**, Tibú, 06 de agosto de 2019. Internacional. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/01/internacional/1564658780\\_336227.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/01/internacional/1564658780_336227.html). Acesso em 30 de jan. de 2020.
- PALEY, Dawn. Drug War as Neoliberal Trojan Horse. **Latin American Perspectives**, v. 42, n. 5, p. 109-132, 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24574871>. Acesso em 20 mar. 2020.
- PALEY, Dawn. **Drug war capitalism**. AK Press, 2014.
- PELÁEZ ACEVEDO, Tatiana (Coord). **La guerra inscrita en el cuerpo**. Bogotá: Centro Nacional de Memoria Histórica, CNMH, 2018. Disponível em: <https://repositorioim.org/handle/20.500.11788/1946>. Acesso em 30 jan. 2020.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. **Espacio Abierto**, v. 28, n. 1, p. 255-301, 2019.
- RAMIREZ, María Clemencia (Coord.). **El Placer: Mujeres, Coca Y Guerra en el Bajo Putumayo**. Informe del Centro de Memoria Histórica, 2012. Disponível em: <http://centrodememoriahistorica.gov.co/el-placer-mujeres-coca-y-guerra-en-el-bajo-putumayo/>. Acesso em 21 abril 2020.

- RESTREPO, Andrés L. Conflicto interno y narcotráfico entre 1970 y 2005. In: DUNCAN, Gustavo; VARGAS, Ricardo; ROCHA, Ricardo; LÓPEZ, Andrés. (Eds). **Narcotráfico en Colombia: Economía y Violencia**. Bogotá, D.C: Fundación Seguridad y Democracia. 2005, cap. 4, p. 183-226. ISBN: 958-33-8291-4
- RESTREPO, Juan D. La guerra no abandona Nariño. **Semana**, 30 de mayo de 2006. Disponível em: <https://www.semana.com/online/articulo/la-guerra-no-abandona-narino/78664-3/>. Acesso em 17 ago. 2021.
- REVELO, Ana J. B.; NIÑO, Blanca C.; OLIVEIRA, Luis F. C.; OSORIO, Margarita M.; ARANA, Isabel P.; BOLÍVAR, Lucía R. **Voces Desde el Cocal. Mujeres que construyen territorio**. Bogotá, D.C., Colombia, junio 2018. ISBN 978-958-5441-39-2
- RICHANI, Nazih. Multinational corporations, rentier capitalism, and the war system in Colombia. **Latin American Politics and Society**, v. 47, n. 3, p. 113-144, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4490420>. Acesso em 20 março 2020.
- RODRÍGUEZ, Estefanía C. Las *tierras profundas* de la “lucha contra las drogas” en Colombia: la ley y la violencia estatal en la vida de los pobladores rurales del Caquetá. **Rev. Colomb. Soc. y Sigma**, 41 (Suplemento), 105-133, 2018. ISSN: 2256-5485
- SACHSEDER, Julia. Cleared for investment? The intersections of transnational capital, gender, and race in the production of sexual violence and internal displacement in Colombia’s armed conflict. **International Feminist Journal of Politics**, 22:2, p. 162-186, 2020. DOI: 10.1080/14616742.2019.1702473.
- SANTOS, Marcelo. O Plano Colômbia e o primeiro mandato de Álvaro Uribe (2002-2006). **Cena Internacional**, v. 8, n. 2, p. 63-83, 2006. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CENAInternacional/2006/vol8/no2/3.pdf>. Acesso em: 29 abril 2020.
- SCOTT, Peter D. **Drugs, oil, and war: the United States in Afghanistan, Colombia, and Indochina**. Lanham - Boulder - New York - Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, INC, 2003. ISBN 0-7425-2521-X
- SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. 1.ed. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.
- SEGATO, Rita Laura.. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 341-371, 2014.
- SEGATO, Rita Laura.. Pedagogías de la crueldad: El mandato de la masculinidad (Fragmentos). **Revista de la Universidad de México**, n. 9, p. 27-31, 2019.
- TICKNER, Arlene B. Tensiones y consecuencias indeseables de la política exterior estadounidense en Colombia. **Colombia internacional**, n. 49-50, p. 40-61, 2000. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/pdf/10.7440/colombiaint49-50.2000.02>. Acesso em: 20 março 2020.
- TOJO, Liliana; BAILEY, Claudia P. P.; CARBONELL, Laura C.. Misión Internacional de Verificación del efecto de la “Desmovilización” Paramilitar en la vida de las mujeres en Colombia. In: **Mujeres en Conflicto: Violencia Sexual y Paramilitarismo**. Corporación Sisma Mujer, Bogotá - Colombia. 2009. Disponível em: <http://bdigital.unal.edu.co/48864/1/mujeresenconflictiviolenaciasexual.pdf>. Acesso em 9 abril 2020.
- TRUE, Jacqui. The Political Economy of Violence Against Women: A Feminist International Relations Perspective. **Australian Feminist Law Journal**, v. 32, n. 1, p. 39-59, 2010
- VELÁSQUEZ, Alejo Vargas. Colombia al final del siglo: entre la guerra y la paz. **América Latina Hoy**, n.º 23, p.5-15, 1999. Disponível em: <https://gedos.usal.es/handle/10366/72460>. Acesso em 29 abril 2020.
- VIGOYA, Mara Viveros. Género, raza y nación. Los réditos políticos de la masculinidad blanca en Colombia. **Maguaré**, v. 27, n. 1, p. 71-104, 2013.
- VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria Del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 86-110, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292005000200005&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292005000200005&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em 17 abril 2020.
- VILLA, Rafael Duarte; VIANA, Manuela Trindade. Os anos Uribe na Colômbia: Segurança interna e aliança estratégica com EUA na construção do Estado-nação. **Carta Internacional**, v. 5, n. 2, p. 56-73, 2010. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/549>. Acesso em 20 abril 2020.
- YEPES, Rodrigo U.; OSORIO, Margarita M.; OLIVERA, Luis Felipe C.; HERNÁNDEZ, Sergio C.; GONZÁLEZ, Nina C. **Mujeres, Políticas de Drogas y Encarcelamiento: una guía para la reforma de políticas en Colombia**. Dejusticia. Bogotá, D.C., Colombia, 2016. ISBN 978-958-59496-2-1
- ZULVER, Julia M. The endurance of women’s mobilization during “patriarchal backlash”: a case from Colombia’s reconfiguring armed conflict. **International Feminist Journal of Politics**, p. 1-23, 2021. DOI: 10.1080/14616742.2021.1901061

*Funções de colaboração exercidas*

Helena Salim de Castro:

Conceituação; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Gabriela Aparecida de Oliveira:

Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos(as) autores(as) de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)